

Pautas para la presentación de la Propuesta de Políticas y Líneas de Acción (PLA)

El *PLA* es un informe original, presentado de modo sucinto, realizado a partir de la reflexión y los resultados del tema desarrollado en el transcurso de la investigación.

El objetivo del informe es enunciar los núcleos problemáticos y los conflictos sociales estudiados; los actores públicos y no estatales involucrados especificando sus posiciones, funcionamiento, tensiones y relaciones. El segundo aspecto se centra en proponer políticas públicas y/o medidas para la acción dirigidas a los partidos políticos, movimientos y organizaciones sociales, considerando sus diferentes dimensiones y contextos sectoriales y territoriales.

Con este perfil de informes CLACSO intenta ampliar la difusión de las investigaciones producidas por los/as académicos/as de América Latina y el Caribe, en el ámbito del pensamiento social y la acción política. Además, tiene la finalidad de transferir conceptos e instrumentos que contribuyan a repensar y abordar políticas públicas y acciones específicas, en diferentes campos del mundo de las relaciones y prácticas políticas.

Particularmente, se busca que estos informes incluyan proposiciones que favorezcan el diseño y aplicación de líneas de acción específicas, contemplando la identificación de actores e instituciones involucrados y/o el establecimiento de los escenarios contextuales que permiten el logro de los objetivos y resultados esperados.

El informe debe ser transmitido en un lenguaje claro, conciso y amigable, en lo posible sin citar autores ni otros trabajos, orientado a que su lectura resulte fácilmente comprensible para un conjunto de lectores diversos, amplio con distinta formación: investigadores, políticos, funcionarios, militantes y público en general. El PLA debe ser un texto autocontenido y NO debe remitir al informe o ensayos elaborado por el/a autor/a ni ser un resumen de dicho trabajo. Se sugiere NO anexar bibliografía.

Con la intención de facilitar la exposición y el acceso a su línea argumentativa, el *PLA* debe dividirse en tres partes. El documento debe ser completado dentro de esta misma plantilla. Se solicita mantener la estructura y no modificar los subtítulos.

Políticas y líneas de acción [PLA]

Nombre del/la autor/a: Luciana fukimoto itikawa sakurai	Correo electrónico: Luciana itikawa@gmail.com
Institución: Instituto de Estudos Brasileiros PROLAM Universidade de São Paulo	Fecha de entrega: 31 maio de 2015
Indicar un título breve y directo para el del documento. Máximo: 75 caracteres con espacios	
Resumen de los datos biográficos más relevantes del/la autor/a. Máximo: 150 caracteres con espacios	
É doutora em Arquitetura e Urbanismo e pós-doutoranda pela Universidade de São Paulo, com pesquisa na UCLA e Columbia University (EUA).	
CINCO PALABRAS CLAVE	3. TRABALHO INFORMAL

1. GÊNERO	4. AUTONOMIA
2. ESPAÇO URBANO	5. SUBORDINAÇÃO
<p>1. PRESENTACIÓN Introducir los temas, problemas y escenarios estudiados, determinado los actores involucrados. Extensión: media página</p>	
<p>A formação peculiar do mercado de trabalho nos três países não está desassociada da estrutura fundiária concentradora que mantém sistematicamente considerável parcela da população urbana à margem do acesso à terra e ao emprego formais. Os históricos coloniais dos três países tiveram um padrão de exclusão social que foram mantidos pela elite local nas respectivas repúblicas, através da combinação entre marco regulatório e acesso excludentes ao mercado de trabalho e à terra. Este artigo analisa duas condições laborais emblemáticas da exclusão conjugada no binômio terra-trabalho: subcontratação e autonomia; em dois ambientes de trabalho, domiciliar e na rua (ambulante). O objetivo é verificar se há manutenção da subordinação ou desarticulação nas questões de gênero, relações de trabalho e espaço urbano na informalidade ou se há exemplos de políticas e ações que contradizem este padrão. Os mercados de trabalho heterodoxos no Brasil, Índia e África do Sul se diferenciam das matrizes de pleno emprego pelas singularidades na segregação e segmentação por critérios de gênero, raça e casta. O acesso precário à terra e à moradia fizeram parte do expediente de rebaixamento dos custos da mão-de-obra na periferia do capitalismo. O processo brasileiro de urbanização acelerado, ao invés de eliminar a herança da exclusão, reproduziu-o e deu-lhe conformações de ilegalidade estrutural e baixíssima qualidade urbanística.</p>	
<p>2. ANÁLISIS POLÍTICO Realizar un breve análisis político o reflexión en relación con el objeto de estudio. Extensión: media página</p>	
<p>A informalidade subordinada e a autonomia desarticulada são duas faces da mesma moeda: não há neutralidade na posição que a informalidade ocupa na periferia do capitalismo. Portanto, parece impossível a transição automática do informal para o formal, uma vez que ela funciona como reserva de braços e de terras por subacumulação e superacumulação. Subacumulação porque só resta o trabalho por sobrevivência compulsório. Superacumulação porque são extraídos, além dos direitos trabalhistas, todo o aparato para reprodução social da força de trabalho, incluindo o território que ocupam. Há clara assimetria decisória e de riqueza como reflexo de relações desiguais de poder e subordinação, como as discriminações de gênero, raça, casta e classe nas três cidades. As terras ocupadas informalmente pela(o)s trabalhadora(e)s informais tornam-se territórios a serem tomados para futura produção imobiliária. Seus braços, como excedente da força de trabalho, atuam exercendo forte pressão no rebaixamento dos salários e rotatividade no emprego formal. Os regimes excludentes dos três países de acesso à terra e ao emprego urbanos têm sido decisivos para a manutenção de uma cidadania racionada que abre espaço para uma saída bifurcada: uma, virtuosa, através da articulação dos setores progressistas com avanços mais ou menos significativos; outra, viciosa, com um complexo mercado de cidadania, através da intermediação para o acesso aos direitos. Esta <i>gestão da exceção</i> seria construída por redes de sociabilidade na periferia para garantia de questões mínimas de sobrevivência, seja através de arranjos específicos de organização dessa própria população com hierarquias internas; quanto por atuação do Estado ou de ONG.</p>	

3. PROPUESTAS

Conjunto de sugerencias y proposiciones en términos de políticas públicas y/o acciones orientadas a los movimientos sociales. En dos perspectivas temporales: de corte inmediato y de largo plazo o estructurales.

Extensión: una página

As políticas de formalização e empreendedorismo devem considerar o protagonismo coletivo da(o)s trabalhadora(e)s. Os exemplos citados nas cidades evidenciam que, apesar da posição preponderante do Estado no avanço dos direitos de parte dela(e)s, há uma série de problemas e desafios no diálogo social e na sustentabilidade da atividade. Por essa razão, somente ela(e)s, organizada(o)s, podem ser sujeita(o)s na reivindicação e negociação direta dos seus direitos. A experiência em São Paulo permite dizer que é possível pensar a articulação dos trabalhadores informais para além das organizações das respectivas categorias na direção do articulação com outros movimentos populares urbanos. As trabalhadoras informais têm inúmeros desafios na sua agenda política: entre eles, o organizacional, o urbano e o econômico. A experiência exitosa de organização só de mulheres na Índia, a *Self Employed Women Association (SEWA)*, é referência pelos seguintes avanços distintivos: 1) recorte de gênero; 2) *advocacy* para criação e aperfeiçoamento de políticas públicas; metodologia de organização da base de baixo para cima, a partir da formação de lideranças comunitárias; 3) sistema de crédito e seguro diversificado às trabalhadoras que cobre desde gastos para adequação do ambiente de trabalho e equipamentos no domicílio até financiamento para acesso à moradia formal; 4) serviços de saúde e cuidados das crianças; 5) suporte jurídico. O que poderia ser um agravante – o isolamento na informalidade no domicílio - mostrou ser uma oportunidade às trabalhadoras informais: elas acabaram criando uma relação horizontal, entre as vizinhas, de cooperação, monitoramento e engajamento em unidades comunitárias. É nessas unidades que elas agendam as reuniões regionais para conversarem sobre as violações e reivindicações, bem como para se capacitarem para os processos de diálogo social. Outro desafio para as lutas populares é o resgate da legitimidade reivindicatória dos movimentos sociais, intensamente criminalizados pelos gestores locais nos processos de segregação socioterritorial. Há um abismo entre as políticas de formalização e de organização e representação. São necessárias políticas que defendam e incentivem a liberdade de associação sindical e criação de espaços de diálogo com a participação da(o)s própria(o)s trabalhadora(e)s domiciliares como representantes diretos das suas reivindicações nos espaços de diálogo social. A autonomia nos espaços de diálogo social é fundamental, não só na proteção ao trabalhador que encaminham as denúncias, quanto na liberdade que este espaço proporciona para a denúncia dos monopólios de poder oficiais e extra-oficiais. Os espaços de diálogo também não poderiam se restringir à aprovação ou negação de decisões governamentais. Governo, Centrais Sindicais, ONGs e a(o)s própria(o)s trabalhadora(e)s devem ter papel atuante na identificação das brechas, falhas e sobreposições no fortalecimento e representação de trabalhadora(e) domiciliares. A participação e controle social sobre o Estado tem um significado político de transformação social, ou seja, da efetivação da justa distribuição dos benefícios e ônus dos processos de urbanização e de crescimento econômico. Os espaços de diálogo também não devem se restringir à aprovação ou negação de decisões governamentais. Parece fundamental o avanço nas discussões sobre sobreposição das agendas internacionais do Trabalho Decente e da Agenda Habitat da ONU. O Direito ao trabalho tanto para a Agenda Habitat quanto para a Agenda do Trabalho Decente, é um direito não só da geração de renda individual, mas de ver garantido no tempo e, sobretudo, no espaço, em assentamentos adequados em arranjos produtivos, com respeito às culturais locais.